O ACOLHIMENTO DE MIGRANTES NA CIDADE DE MARINGÁ: PRÁTICAS, PERCEPÇÕES E DESAFIOS

Isabela Mariany Avelino de Lima Andrade (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Simone Pereira da Costa Dourado (Orientadora). E-mail: spcosta@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH), Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Antropologia/Antropologia Urbana.

Palavras-chave: Poder Público; Migração; Políticas Públicas.

RESUMO

O cenário brasileiro atual inclui a presença de um grande número de migrantes vivendo em diferentes partes do país, como ocorre em Maringá, cidade média localizada no noroeste do estado do Paraná. Tendo em vista esse contexto, este trabalho visa compreender como se dá o acolhimento e a inserção dos migrantes no município, a partir das políticas públicas a eles destinadas. Tem como objeto de investigação as ações de acolhimento e os serviços prestados pelo poder público municipal, com foco nas políticas e práticas implementadas. A pesquisa foi construída a partir da análise empírica das práticas de acolhimento e atendimento aos migrantes realizadas em dois órgãos governamentais existentes no município, discutindo como esses serviços estão sendo operados em Maringá e as dificuldades para sua efetiva implementação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu a partir da análise de minhas vivências como estagiária em uma instituição pública responsável por realizar o atendimento e o acolhimento da população migrante no município de Maringá. Nesse período, compreendi as dificuldades e implicações existentes no serviço prestado por esse órgão.

Meu estágio foi realizado na Secretaria de Juventude, Cidadania e Migrantes (SEJUC), onde permaneci por um ano e meio, atuando no setor de conselhos e acompanhando de perto as discussões realizadas pelo Conselho Municipal dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas (CORMA). Observando as sucessivas reuniões do conselho e o funcionamento do atendimento realizado pela Secretaria, por meio da Gerência de Migrantes, pude observar os desafios que impedem a efetiva inserção do grupo na vida do município.

Foi minha experiência como estagiária junto à SEJUC e ao CORMA que levou à construção deste trabalho, que se insere no campo dos estudos das políticas públicas para migrantes no Brasil. O estudo tem como objeto de investigação as ações de acolhimento na cidade de Maringá, com foco nas políticas e práticas implementadas pelo município para receber essa população. A constituição deste

trabalho surge a partir da necessidade de compreender a forma como é realizado o acolhimento dos migrantes no município de Maringá, tendo como objetivo apresentar as dificuldades existentes nesse processo, partindo da análise empírica dos acontecimentos que presenciei.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho utiliza metodologia qualitativa, com o objetivo de construir um trabalho etnográfico que conta com a análise empírica das vivências tidas no âmbito do poder público municipal de Maringá, partindo da descrição dos fatos observados para compreender o que é estabelecido na política pública migratória do município.
Além disso, para complementar o estudo e fundamentar a análise, foi realizada uma revisão bibliográfica de trabalhos que tratam da temática da migração no Brasil, com o intuito de conhecer melhor o tema e a área de estudo. Esse levantamento da literatura especializada das Ciências Sociais foi combinado com a análise documental da legislação migratória nacional e municipal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

PROCESSO MIGRATÓRIO NA CIDADE DE MARINGÁ

Maringá é um município de médio porte situado no noroeste do estado do Paraná. A cidade foi fundada oficialmente em 10 de maio de 1947. De acordo com informações da Prefeitura de Maringá (2024), o município foi criado a partir da chegada de diversos migrantes de diferentes países, como Japão, Alemanha, Portugal e Itália. Desse modo, a cidade conta com uma pluralidade cultural, principalmente de tradições e costumes, sendo evidente que, assim como a maioria dos municípios existentes no país, Maringá tem sua história marcada pela migração, com a qual sempre conviveu (Santos, 2021).
Para além da construção da cidade, trazendo a discussão para um cenário mais atual, como em todo o país, o fluxo migratório em Maringá teve crescimento a partir de 2010 (Dias, 2020). Os primeiros migrantes a chegarem nesse momento foram os haitianos, e não demorou muito para que outros indivíduos de outras nacionalidades chegassem ao município, principalmente vindos de países considerados periféricos e assolados por guerras e catástrofes naturais. Tendo em vista esse aumento da população, o poder público municipal viu que seria necessária a criação e a implementação de atendimentos e serviços voltados para essa população.

CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA MIGRATÓRIA EM MARINGÁ: CRIAÇÃO DA SEJUC E CORMA

Em Maringá existem serviços oferecidos pela prefeitura e instituições governamentais criadas para atender a população migrante e assegurar seus direitos. Entre as mais importantes estão a Secretaria de Juventude, Cidadania e Migrantes (SEJUC) e o Conselho dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas.

A SEJUC é a secretaria que, pela primeira vez, estabeleceu no município uma gerência voltada para os assuntos da população migrante, a Gerência de Migrantes, responsável por fornecer atendimentos essenciais para a integração e o acolhimento do indivíduo migrante. Além disso, outro mecanismo essencial para a política migratória do município é o Conselho dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas de Maringá (CORMA). Ele tem como finalidade viabilizar a implementação e a fiscalização de políticas públicas voltadas aos direitos dos migrantes. O CORMA faz parte da estrutura organizacional da SEJUC, contribuindo para o trabalho exercido pela Gerência de Migrantes.

Entretanto, apesar de o município possuir tais órgãos responsáveis por atender e promover o acolhimento desses indivíduos, os estigmas que existem em relação à população migrante continuam fortes. Mesmo dentro desses órgãos, que deveriam ser acolhedores para essas pessoas, persistem práticas de discriminação e descaso, por mim presenciadas.

O "ACOLHIMENTO" DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS MARINGAENSES

Ao longo de quase dois anos, acompanhei de perto as articulações e a organização da SEJUC e do CORMA no que concerne à população migrante que reside em Maringá. Foi nesse período que fiz parte da equipe que trabalhava na Secretaria, como estagiária do setor de conselhos, acompanhando também o funcionamento de outros setores, como a Gerência de Migrantes.

No meu primeiro mês na SEJUC, pude ter contato com o trabalho realizado pela Gerência de Migrantes, desenvolvido somente pelo gerente e por uma estagiária. Em muitos momentos, observei a seletividade do titular da pasta no trato com indivíduos que vinham de países periféricos, principalmente os venezuelanos e haitianos, os mais numerosos no município. No momento em que chegavam migrantes, por exemplo, de origem europeia, a hospitalidade no trato era inquestionável. Tal fato concretiza a ideia de que a qualidade do acolhimento sempre dependerá de questões raciais e étnicas, reafirmando as raízes discricionárias da aplicação das políticas e da forma como elas se estruturam.

Além desses episódios, algumas situações e pautas discutidas nas reuniões do CORMA também me provocaram estranhamento. Entre elas, estavam casos de abusos cometidos por empresas contra trabalhadores migrantes. Os casos de abuso cometidos pelas empresas eram frequentes, mas não eram acompanhados de medidas fiscalizadoras ou mesmo punitivas. Na verdade, muitas pautas trazidas ao conselho nunca foram resolvidas, fazendo com que o caráter deliberativo do conselho permanecesse sem efetividade em benefício da população migrante.

Desse modo, mesmo a Secretaria trazendo medidas para atender essa população, há algo que vai muito além e que informa sobre a seletividade e a discricionariedade da implementação da política pública. No caso específico do acolhimento aos migrantes, não se percebe afinidade com a imagem de Maringá como a melhor cidade para se viver, considerando que a população que mais precisa de ajuda e assistência conta, de forma seletiva, com o poder público, seus órgãos e as entidades representativas da sociedade civil que deveriam fiscalizar e auxiliar a condução das políticas públicas.

CONCLUSÕES

A partir deste estudo, é possível perceber que a política migratória do município é seletiva e insuficiente. A existência de uma política formal, de um regulamento ou de leis, por si só, não assegura os direitos da população migrante.
Conclui-se que não é possível integrar e acolher essa população se o próprio poder público não realiza essa ação de forma efetiva. Em Maringá, a imagem amplamente divulgada de “melhor cidade para se viver” é confrontada com a integração precária da população migrante na dinâmica econômica, social, cultural e política do município. A promoção dos serviços, ações, eventos e políticas precisa ser acessada pelos diferentes grupos de migrantes de forma ampla.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos à Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná pela concessão da bolsa de iniciação científica e pelo apoio financeiro, bem como à minha orientadora pelo apoio e pela orientação durante a construção deste estudo.

REFERÊNCIAS

DIAS, A. C. S. Migração internacional no Brasil: persistências históricas e tendências contemporâneas. **Revista Vértices**, [S. l.], v. 22, n. Especial, p. 851–870, 2020. DOI: https://doi.org/10.19180/1809-2667.v22nEspecial2020p851-870. Disponível em: https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15826. Acesso em: 11 nov. 2025.

MARINGÁ (PR). **Prefeitura Municipal**. Histórico do município. Maringá, 12 abr. 2024. Disponível em: https://www.maringa.pr.gov.br/nossa-cidade/historico-do-municipio/9. Acesso em: 09 nov. 2025.

SANTOS, A. S. dos. **Back to Haití: discriminação e preconceito no acolhimento e integração de haitianos na cidade de Maringá-PR**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.